



O saneamento brasileiro e a cooperação técnica internacional Sul-Sul

A política de Cooperação Internacional da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) já almeja outros “voos”. Depois do sucesso na Cooperação Sul-Sul com a Etiópia, que levou a tecnologia de esgotamento sanitário brasileiro à Wukro, gestores da Fundação discutiram em Cartagena, na Colômbia, as diretrizes para firmar mais uma Cooperação Trilateral Sul-Sul com o Haiti.

Carente de saneamento básico nas suas quatro vertentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais, o Departamento Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (Dinepa) do Haiti procurou o Brasil devido a semelhança de condições climáticas e pelas experiências exitosas na área de saneamento básico. Outro fator que contribuiu para a iniciativa, foi a coalizão contra o cólera entre o Haiti e o Brasil firmado em 2012, com a participação da Funasa.

“A Dinepa ficou bastante interessada na Cooperação com o Brasil, porque o Brasil, mais especificamente a Funasa, tem a expertise que eles necessitam”, afirmou a coordenadora da Cooperação Técnica Internacional, Michelle Correia.

Dentre as solicitações do Governo Haitiano estão a melhoria da qualidade da água em redes de distribuição, por meio de Planos de Segurança da Água; tradução para o francês e crioulo haitiano, língua oficial do Estado, dos periódicos da Biblioteca Virtual da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); suporte para monitoramento ambiental contra o cólera, entre outros pedidos.

Essa primeira conversa, no Simpósio em Cartagena, foi para traçar as diretrizes do que o país precisa e o que o Brasil pode ajudar. Extremamente necessitados de água de qualidade, o Governo do Haiti enumerou como necessidade

Foto: Cecilia Barrios/OPAS



Representantes dos países que participaram do evento em Cartagena

precípua um plano de segurança para garantir água potável a seus habitantes. Mas ainda, será necessário uma missão de prospecção para os haitianos constatarem que o Brasil tem o *know-how* para o sucesso da cooperação.

Consoante com a política de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a participação da Funasa nessa “assistência” a outros países, enriquece não só o país amigo, como o corpo técnico da Instituição que aumenta consideravelmente sua expertise naquele quesito, além de contribuir com a saúde pública de uma nação parceira.

O objetivo da coalizão é apoiar os dois governos da ilha espanhola na harmonização do apoio internacional para investimentos em água e saneamento, a fim de ajudar a região que vive uma epidemia do cólera desde 2010, agravado, dentre outros fatores, pela catástrofe sísmica que devastou o território haitiano no começo daquele ano. ●

Funasa organiza encontro de gestores no estado do Piauí

A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) realizou em setembro o “Encontro de Gestores Municipais - Saneamento Básico”, no Piauí, com o intuito de capacitação e discussão de temas atuais do setor. Na ocasião, o presidente da instituição, Henrique Pires (foto), falou sobre o saneamento e a sua importância no combate ao *Aedes aegypti*. ● **Pág. 2**



Foto: Eymar Chaperman/Funasa

Controle da Qualidade da Água

Conheça as Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água (UMCQA) e as de Tratamento de Água (UMTA). Elas podem ser grandes aliadas na atual situação de escassez de água no país. ● **Pág. 3**

Entrevista

Luiz Roberto Santos Moraes, PhD em Saúde Ambiental e professor titular em saneamento da Universidade Federal da Bahia fala um pouco sobre o saneamento básico e a revitalização do Rio São Francisco. ● **Pág. 4**

Foto: Eymar Chaperman/Funasa



Encontro de gestores piauienses discute saneamento básico no estado

Tão necessário à prevenção de doenças e ao mesmo tempo tão pouco acessível à população, o saneamento básico se mostra cada dia mais vital para a saúde brasileira. Pensando nessa necessidade, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) realizou o “Encontro de Gestores Municipais - Saneamento Básico”, no Piauí, no intuito de esclarecer a dimensão do saneamento para o estado, bem como a logística para acessar recursos federais para implantação de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo de águas pluviais.

Na abertura do evento o presidente da Funasa, **Henrique Pires**, traçou um panorama brasileiro sobre a falta de saneamento no Brasil e a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, além de outras endemias causadas pela falta de abastecimento de água de qualidade, esgotamento sanitário e programa de resíduos sólidos eficiente. De acordo com o presidente, a solução para acabar com o mosquito e diversas outras endemias é universalizar o saneamento básico. “Há maneiras de combatê-lo (*Aedes aegypti*). E uma que tem ficado em segundo plano, apesar de ser de suma importância, é a expansão dos serviços de saneamento básico.”

Bastante focado no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), o encontro reforçou a necessidade do documento para o planejamento do município na implantação de saneamento de forma eficaz, como as formas de acesso aos recursos do governo federal para essa finalidade.

A Funasa já beneficiou 129 municípios do Piauí com recursos para elaboração de PMSB. Ao todo, foram investidos em torno de R\$ 23 milhões para munir as prefeituras do estado com o documento. Desses, 11 Planos já foram concluídos e 118 estão em execução.

Contemplado com recursos da Funasa, o município de Castelo do Piauí fará sua última



Presidente da Funasa, Henrique Pires (centro), na abertura do evento

audiência pública para finalizar seu PMSB. “Esse instrumento de trabalho é quem vai dar a sinalização dos programas e projetos que serão implementados no município. Depois de 28 audiências públicas e todo acompanhamento da Funasa, estamos finalizando nosso Plano”, disse animado o coordenador do Comitê Executivo da Elaboração de PMSB de Castelo do Piauí, Avelar Damasceno Amorim, que estava participando do encontro.

Outra questão importante discutida no evento, foi a exigência do controle social para firmar convênios com o Governo Federal. Na oportunidade, o procurador Heitor Neto explicou que o controle social nada mais é que a participação do cidadão na gestão pública. Uma forma de controle popular das ações de saneamento desenvolvidas pelo município.

Segundo o consultor de projetos **Firmino Pitombeira**, os municípios piauienses estão com muita dificuldade para implementar o controle social, devido as dificuldades em criar a legislação adequada, entre outros empecilhos. “Os municípios que procuram assessoria conseguem ser atendidos, os que não tem ajuda ficam ‘a ver navios’. Por isso essa iniciativa da Funasa, esclarecendo como atender essa nova Portaria, é uma grande oportunidade.”



Foto: Edmar Chaperman/Funasa



Público - Foto: Edmar Chaperman/Funasa

EXPEDIENTE

Presidente da República
Michel Temer

Ministro da Saúde
Ricardo Barros

Presidente da Funasa
Henrique Pires

Jornalista Responsável
Geraldo Melo (MTb: 4901/MG)

Redação e Edição
Patrícia Gusmão

Layout e Diagramação
Marcos Almeida

Coordenação Editorial
Geraldo Melo

Edição de Fotografia
Edmar Chaperman

Tiragem
1.000 exemplares

Coordenação de Comunicação Social
Setor de Autarquias Sul
Quadra 4 - Bloco N
7ª Andar/Ala Sul
CEP: 70.070-040 - Brasília/DF
Fone: (61) 3314-6440
E-mail: imprensa@funasa.gov.br

Site na Internet
www.funasa.gov.br

Redes Sociais
 twitter.com/funasa
 www.facebook.com/funasa.official

Unidades móveis de monitoramento da qualidade da água são aliadas em desastres

Foto: Fred Loureiro/Governo do ES

Responsável na atuação de desastre no Brasil e sabendo que a primeira necessidade nessa situação é de água potável, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) adquiriu equipamentos para verificar a qualidade da água, bem como para tratar a água bruta. As unidades móveis de Controle da Qualidade da Água (UMCQA) e as de Tratamento de Água (UMTA) já intervieram em diversas regiões brasileiras e podem ser grandes aliadas na atual situação de escassez de água no país.

No desastre de Mariana, em Minas Gerais, onde foram lançados no meio ambiente 34 milhões de m³ de rejeitos, resultantes da produção de minérios de ferro pela mineradora Samarco, empresa controlada pela Vale e pela britânica BHP Billiton, a Funasa atuou monitorando a qualidade da água consumida pela população utilizando as UMCQA's, laboratórios de baixa complexidade que não dependem muito de elementos químicos para realização de análises.

Recentemente, nos estados de Roraima e Mato Grosso, dois municípios passaram por uma situação alarmante de estiagem e seca. Para diminuir a falta de água, foram instaladas nas cidades de Normandia/RR e Barão de Melgaço/MT uma Unidade Móvel de Tratamento de Água de Baixa Turbidez (UMTA), equipamento capaz de tratar, de forma emergencial, até 12 litros de água bruta por hora.

“Nosso trabalho com a UMTA em Normandia minimizou os impactos da estiagem com o restabelecimento emergencial do abastecimento de água potável, cerca de 3.000 pessoas

na sede do município e as comunidades rurais e indígenas que são cerca de 4.958 pessoas”, afirmou o coordenador de Gestão Estratégica de Saúde Ambiental, Jamaci Avelino do Nascimento Júnior.

A unidade móvel atendeu um total de quase 8 mil pessoas no município de Normandia durante noventa dias subsequentes até o retorno das chuvas. No Mato Grosso, Barão de Melgaço teve abastecimento de água potável para mais de 7.500 pessoas sendo 3.500 na sede do município e 4.000 distribuídos entre comunidades rurais, indígenas e ribeirinhas.

Os equipamentos ficam a disposição da população que pode solicitá-los à Funasa conforme necessidade, desde que o município tenha menos de 50 mil habitantes e entre em contato com a Fundação para o deslocamento da unidade móvel requisitada. Para maiores informações entrar em contato com o Departamento de Saúde Ambiental pelo email: cogae@funasa.gov.br.



Desastre: lama na divisa entre ES e MG

Foto: Natalina Campos/Suest-MS/Funasa



Técnica explica para crianças o funcionamento de uma UMCQA

Foto: Edmar Chaperman/Funasa



Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água (UMCQA)

Exército premia Funasa pela parceria no uso das UMTA's



Presentada com o Diploma de Amigo do 27º Batalhão Logístico do Exército no Paraná, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foi reconhecida pelo seu trabalho em produzir água potável

para população em situação de calamidades públicas e desastres naturais. Com a mesma finalidade, Funasa e Exército firmaram uma parceria para disponibilização das Unidades Móveis

de Tratamento de Água (UMTA's) para operações militares. Condecorada, a Funasa reforça sua missão com a população brasileira em atendimento às suas necessidades precípuas.

Entrevista

Parceira do Programa “Novo Chico”, lançada em agosto pelo Governo Federal, a Fundação Nacional de Saúde, sempre preocupada com a saúde e o bem-estar da população brasileira, trabalha implementando saneamento básico nas regiões que afetam a Bacia do Rio São Francisco desde 2003. Mas quais são as necessidades ainda latentes nessa região que grita por mais atenção? Engajado nas questões da saúde ambiental e defensor da participação social nos projetos das obras de saneamento básico, **Luiz Roberto Santos Moraes**, engenheiro sanitário, PhD em Saúde Ambiental, Prof. Titular em saneamento da Universidade Federal da Bahia, fala da relação entre a revitalização do Rio São Francisco e o saneamento básico municipal.

1. Qual a importância do saneamento básico para a preservação da Bacia do Rio São Francisco?

Luiz: “O saneamento básico é entendido como quatro componentes, estabelecido, inclusive, pela Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), que inclui o abastecimento de água, ou seja, regularidade no abastecimento, qualidade na prestação do serviço e qualidade da água a preços módicos; o esgotamento sanitário, de forma que todo esgoto gerado seja manejado de forma adequada; limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas. Esses são os quatro componentes do saneamento. Óbvio que esses componentes precisam ser implantados de forma adequada, com tecnologias apropriadas e efetivamente utilizados pela sociedade, já que mal utilizados podem gerar diversos impactos negativos ao meio-ambiente. No caso do São Francisco podemos citar como principais componentes para sua preservação o lançamento dos esgotos sanitários, bem como dos resíduos sólidos.

O que podemos ver ao longo do Rio São Francisco, bem como da sua bacia hidrográfica? A maioria dos municípios não dispõe de sistema de esgotamento sanitário ou de uma solução adequada e, quanto aos resíduos sólidos, não são manejados de forma apropriada, gerando um impacto grande na área da bacia e diretamente nas águas do rio. Isso então precisa ser modificado. Primeiro porque é um direito da sociedade, direito do ser humano, direito dos moradores da região do São Francisco ter acesso a esses serviços públicos de saneamento. Todos eles têm um direito social, direito de cidadania. Segundo, porque é necessário proteger e preservar o rio para gerações atuais e para gerações futuras.”

2. Quais as suas perspectivas para o programa na preservação da Bacia?

Luiz: “Com esse novo projeto de revitalização do Rio São Francisco eu acho que os recursos a serem alocados devem ser direcionados, primeiramente, para a conclusão das obras de sistema de esgotamento sanitário que foram iniciadas e que até agora não foram concluídas, para daí se pensar em se iniciar a construção de novos sistemas na região. Importante também implementar nos diferentes municípios, inclusive aqueles que tiveram aterro sanitário, o que está estabelecido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 02/08/2010). Essa política precisa ser conhecida pela sociedade brasileira, pelas instituições e, então, implementada.

Outro fator importante é a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico com a participação efetiva da população. A lei 12.305/2010 já estabelece que os planos municipais de gestão integrada devem ser elaborados com a participação da sociedade. Projetado para o período de 20 anos, atendendo a esse novo paradigma da Política Nacional de Resíduos Sólidos que é, principalmente, o estabelecimento e a compreensão pela busca da não geração de resíduos, da reutilização, da reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada. Então, caso seja projetado e construído um aterro sanitário ele deve ser operado de maneira diferente, não para receber todos os resíduos gerados pela população local, mas receber apenas aquilo que não pode ser inserido novamente no meio ambiente. Dessa forma, o saneamento básico é a proteção e preservação da bacia e do próprio Rio São Francisco, assim como melhora e contribui com a melhoria da qualidade de vida e principalmente da qualidade da saúde da população local.”

3. Qual a relevância do Plano Municipal de Saneamento para essa conscientização da população na revitalização do Rio São Francisco e para o uso correto das tecnologias implantadas?

Luiz: “Na área de atuação da Funasa que trabalha com municípios de até 50 mil habitantes, comunidades quilombolas e comunidades rurais é importantíssimo a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). E como a elaboração dos planos prevê a participação da população, o compromisso dela na utilização daquilo que será feito é muito maior, levando em consideração também que a falta de saneamento na população rural é mais deficiente que na população das cidades, onde já existe algum tipo de infraestrutura sanitária. Por isso a relevância da participação da população. Desde o início ela tem que colocar a visão crítica dela. Muitas vezes eu chego na aldeia indígena e vejo o sistema de esgotamento sanitário igual de uma cidade, sem utilidade para aqueles habitantes que se negam a usá-la.

Precisamos ter a visão de não ficar apenas fazendo o mesmo que sempre foi feito. Pega dinheiro público, compra equipamento, compra material, constrói a obra e, depois de toda dificuldade para construir esse equipamento que foi concluído como sistema de saneamento, funcionar de maneira inadequada para a população que não aceita aquilo dali. Por isso a relevância da participação da população. Desde o início ela tem que colocar a visão crítica dela.

Os projetistas precisam se perguntar quais são as tecnologias mais apropriadas para realidade daquela comunidade que é diferente, certamente, da comunidade vizinha. O que está estabelecido nas instituições, a forma de atuação, é completamente diferente dessa que eu estou falando e que está levando a esses resultados. O uso de dinheiro público de maneira inadequada, que não traz resultados positivos para a sociedade, para o meio ambiente e para o próprio São Francisco. Então, a luta é de mudar esse paradigma para outro paradigma, e aí, pra mim, a participação e o controle social tem papel importante.”

